

Globalização, neoliberalismo e dependência cultural

Gonçalo Armijos Palácios/VFG

garmijos@cultura.com.br

Resumo

Este artigo procura explicar por que a dependência cultural dos países 'em vias de desenvolvimento' faz parte das diretrizes neoliberais para o mundo globalizado.

Palavras-chave: liberalismo clássico, expansão colonial, neoliberalismo, dependência.

Abstract

This article tries to explain why cultural dependence of 'developing countries' is part of neoliberal policies for the globalized world.

Key-words: classical liberalism, colonial expansion, neoliberalism, dependence.

Desde o momento em que antigos povos estiveram em condições de trocar seus produtos com os de outros povos, passa a existir a troca de mercadorias cuja abrangência os tempos só viram aumentar. As comunidades intercambiavam suas mercadorias e, através delas, técnicas, hábitos e palavras. Nas palavras vinham embutidas maneiras diversas de ver o mundo que, imperceptivelmente, disseminavam-se entre os que manipulavam e consumiam aqueles bens. Sem dúvida, aqueles bens, que por provir de outras comunidades possuíam um grande valor, deviam exercer sobre a maioria um grande fascínio e atração.

Descobertas e avanços tecnológicos, como o aperfeiçoamento nas técnicas de navegação, fizeram que alguns povos se aventurassem à conquista de novos mercados. Temos, assim, os fenícios, os próprios gregos e os romanos.

A expansão do mercado, já naquelas épocas, representava a ampliação dos mundos geográfico e mental. Povos que comerciavam influenciavam-se mutuamente, assim como os que guerreavam. Os conquistados, muitas vezes, faziam a cabeça dos seus conquistadores, como ocorreu com o cristianismo.

A história do Ocidente é também, neste sentido, a história da ampliação do comércio e da conquista de novos mercados. O descobrimento da América, o aparecimento da ciência na modernidade e os grandes avanços tecnológicos permitiram que a luta pelo domínio de novos mercados se converta, a partir do século XVI, na luta pelo domínio em escala mundial. O descobrimento e posterior conquista das Américas representa, de fato, o passo da simples ampliação dos mercados, pela conquista ou não, para a globalização dos mercados.

Como antigamente, a ampliação de tais mercados para incluir novas regiões e novas nações só foi possível pela superioridade tecnológica, pela violência ou pelas duas.

Várias culturas se confrontam mas uma só conta a história. A apropriação violenta dos territórios americanos por parte de alguns países europeus, que marca o início da globalização em sentido estrito, significa o começo do fim de várias civilizações e de centenas de povos que habitavam as florestas tropicais da América. Significa também o começo do fim, inclusive, de comunidades que habitavam as regiões mais escondidas e afastadas das costas tanto do Atlântico quanto do Pacífico. É o fim, não só de centenas de línguas e de modos de vida, mas de milhares de pessoas que, ao desaparecer, levaram consigo sua cultura e sua sabedoria. Os povos considerados irracionais, selvagens, inferiores, foram disseminados e suas cosmovisões, ditas mesmo hoje 'selvagens', 'incultas', 'bárbaras', desapareceram para sempre.

Na América do Norte, onde os invasores encontraram comunidades guerreiras, mas não grandes civilizações, os povos que ali viviam foram quase exterminados. Hoje habitam as chamadas *reservações*, onde vivem seu drama de isolamento, extermínio cultural e alcoolismo. Naqueles lugares em que os invasores encontraram grandes civilizações, ainda há vestígios desses povos. Nos Andes, por exemplo, os espanhóis encontraram tal resistência que resultou impossível exterminar os povos que ali encontraram. Aqueles que não foram exterminados, foram escravizados. Com o tempo, aos poucos, os descendentes dos antigos habitantes dos Andes foram incorporando-se à nova realidade,

a realidade da dependência, mesmo representando a avassaladora maioria da população do país, como no caso da Bolívia. Mas essa incorporação foi feita ao preço de perderem muito de sua identidade. Hoje, não se identificam com os sobreviventes dos seus antepassados que ainda mantêm os costumes pré-colombianos e não são aceitos pelos descendentes dos conquistadores, seus atuais patrões. Estes, por sua vez, desprezam uns, exploram os outros e admiram o que foram. Admiram o que neles próprios há de linhagem europeia.

Na América do Norte os colonos europeus fugiram de perseguições políticas e religiosas. Fugiram da intolerância, da miséria, da pobreza. No Novo Mundo pretenderam inventar o éden que seus sonhos políticos ou suas seitas religiosas almejavam. Pretenderam realizar aqui o que foram proibidos de realizar lá. Os colonos da América do Norte, diferentemente dos conquistadores ibéricos, foram lá para inventar um mundo novo. Os espanhóis e portugueses, pelo contrário, vieram para a América em nome das coroas ibéricas para ampliar e engrandecer o poder e a glória de suas nações através do saque, da violência e da pilhagem. Os *pilgrims* chegaram à América empurrados por um sonho, o de construir uma nova sociedade, os espanhóis e portugueses pela ambição de enriquecer a coroa e a si próprios com as riquezas de El Dorado. Com os anseios de liberdade, os "pilgrims" trouxeram a laboriosidade dos anglo-saxões. Com sua ambição, os conquistadores ibéricos trouxeram a Igreja Católica. Desse modo, a diversidade e praticidade dos colonos da América do Norte contrasta com a unidade idiossincrática e a pouca laboriosidade dos conquistadores ibéricos. Assim, o que para os colonos da América do Norte era uma benção de Deus: poder lavrar e transformar a terra com suas próprias mãos, para os conquistadores ibéricos era tarefa servil própria de escravos. Por isso, enquanto aqueles vieram para construir com suas mãos uma vida melhor, estes vieram para conquistar e se aproveitar do que já tinha sido feito. Os *pilgrims* foram a América do Norte com o espírito de liberdade, os conquistadores ibéricos vieram com as idéias da Inquisição.

Mas a Europa que os colonos da América do Norte e os conquistadores ibéricos tinham deixado vivia um período de conturbações em todas as ordens. Em 1517 Lutero publica suas 95 proposições contra o comércio das indulgências e dá início à Reforma Protestante, ameaçando e limitando o poder da Igreja Católica. Por outro lado, a burguesia passava a ter poder econômico cada vez maior e exigia mais liberdade e direitos políticos. Começavam a difundir-se as idéias antimonárquicas e antiabsolutistas. De 1642 a 1645, a Inglaterra atravessa uma guerra civil que deporia Carlos I. Hobbes, motivado pelo horror à guerra civil e reagindo contra os novos ventos políticos, escreve um tratado justificando o poder absoluto, o seu *Leviatã*, em 1650. Mas o processo de deterioração do poder absoluto era irreversível. Em 1690, Locke, por sua vez, publica a fundamentação das idéias liberais. O fim do sistema feudal estava chegando ao fim e, com ele, toda uma forma de pensar a realidade.

Rousseau publicaria seu segundo *Discurso* em 1754, apenas 22 anos antes da Revolução Americana e 35 anos antes da Revolução Francesa. Por aquela mesma época, em 1760, tem lugar na Inglaterra a Revolução Industrial, que faria dela uma potência capitalista e transformaria a vida no planeta.

Podemos ver, desse modo, uma parte da Europa e da América do Norte transformando-se política e economicamente e uma outra parte da Europa estacionária ou decadente. Alguns países europeus vivem a efervescência do progresso industrial, econômico e científico; outros sofrem sua própria ruína. Os novos Estados Unidos cresciam num ritmo jamais imaginado e se tornavam, também, uma potência econômica.

A propriedade na tradição filosófica

Vejamos o que o liberalismo clássico pregava. Segundo Locke, o Estado se erige para garantir a propriedade privada. Mas é interessante ver quais as condições que, segundo o Pai do Liberalismo, legitimam

a propriedade da terra. É legítimo possuir um pedaço de terra (1) se a terra está desocupada, (2) se a apropriação se realiza através do nosso trabalho e (3) na extensão que não afete o que corresponde aos outros.

Era óbvio para o Pai do Liberalismo, então, que a apropriação e distribuição da riqueza num Estado tinha que ser feita de uma maneira que não prejudicasse ninguém, já que, pensava, Deus nos deu a terra para o uso em comum, sem estabelecer, por qualquer sinal evidente, que uns tenham mais direitos ou mais privilégios do que outros.

Aliás, é uma constante nas obras dos grandes filósofos antigos e modernos esse cuidado com a propriedade e a distribuição da riqueza. Platão, na *República*, simplesmente proíbe a propriedade privada entre os governantes, pelo efeito negativo que esta exerce dentro da sociedade. Com efeito, Platão pensava que a propriedade privada tinha um efeito anti-social, já que separava uns dos outros, criando interesses individuais que se sobrepunham aos interesses coletivos.

Apesar de tecer críticas à teoria platônica da propriedade privada, Aristóteles, num outro contexto, afirma enfaticamente que as revoluções nos Estados acontecem porque há por trás delas grandes interesses em jogo. E reconhece que naqueles Estados em que há uma tal distribuição de riqueza que permite a existência de uma numerosa classe média e nos quais não se apreciam diferenças entre classes, as condições para as revoluções tendem a desaparecer.

Maquiavel, na Renascença, aconselha o príncipe a estimular a produtividade dos seus súditos para que os agricultores trabalhem a terra sem o temor de ver suas terras arrebatadas e os comerciantes e o resto da população exerçam seus ofícios sem o temor de perder tudo pelos impostos. Tanto uns como os outros, pelo contrário, devem ter a esperança de enriquecer estimulados pela possibilidade do progresso e crescimento da sua própria atividade.

Hobbes, apesar do seu autoritarismo, não deixa de advertir o soberano sobre o mesmo e o aconselha a não olvidar que os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai que a perda do seu

patrimônio. Portanto, deve o soberano se abster de tomar a propriedade dos seus súditos.

Rousseau, no *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, vê no aparecimento da propriedade privada o começo da sociedade e de todos os “horrores que teria poupado ao gênero humano” aquele que tivesse lembrado aos seus semelhantes “que os frutos são de todos e a terra de ninguém”.

O que defende o liberalismo clássico

Em poucas palavras, o que defende o liberalismo clássico? Para entender isto e preciso lembrar o aparecimento, em 1776 de *A riqueza das nações*, de Adam Smith. O liberalismo clássico é a simbiose das idéias de Locke e sua fundamentação econômica em Adam Smith. Com efeito, Adam Smith pensava que o papel do Estado devia, no que tange ao aspecto econômico, limitar-se a administrar aquelas áreas que não seriam atrativas para o interesse privado e, assim, deixar as leis do mercado trabalharem por si sós, estimulando a livre concorrência. As leis do mercado agem – e devem ser deixadas para agir – sozinhas. Mas, percebe-se, nem o liberalismo clássico, nem mesmo as teorias não-liberais, aconselham o empobrecimento do povo ou mesmo o cerceamento de suas atividades produtivas e sua esperança de ter um futuro melhor.

Liberalismo versus socialismo

As mazelas sociais, consequência do capitalismo industrial nos seus inícios, provocaram reações de toda índole. Entre elas, a organização da classe trabalhadora em defesa de seus interesses e o aparecimento das idéias socialistas. O capitalismo, em vez de trazer riqueza e esperança a todos os membros da nação, como imaginava a teoria, trouxe sofrimento, exploração, trabalho infantil e morte prematura, entre outros males.

A diferença entre os chamados socialistas utópicos e os socialistas científicos está em que estes acreditam terem descoberto uma tendência, na história e nas leis do próprio mercado, que levaria ao fim do capitalismo e ao aparecimento de uma nova sociedade, uma sociedade na qual não existiria a propriedade privada. Marx achou indícios disso nas crises econômicas.

As crises econômicas

Adam Smith já sabia que as sociedades passavam por períodos de auge e declínio. Marx pensava que as crises do capitalismo antecipavam, de algum modo, uma crise final. Segundo o pensador alemão, a própria racionalidade do sistema capitalista leva a isso. Vejamos por quê. Lembremos antes que, tanto em Smith como em Marx, o salário do trabalhador é o preço pago pelo valor de sua força de trabalho. Lembremos também que o valor das mercadorias está determinado, em última instância, pelo tempo de trabalho incorporado nelas. Pois bem, se os avanços tecnológicos diminuem o tempo necessário para produzir as mercadorias, diminuem com isso o seu valor. Nós vemos isso facilmente no mercado e na experiência diária. Um tecido bordado à mão custa muito mais que um tecido semelhante bordado à máquina.

Então, se o valor das mercadorias tende historicamente a diminuir, isso é aplicável, também, para a taxa de lucro do capitalista. Quanto menor o valor de uma mercadoria, menor a possibilidade de extrair lucro da sua venda. Se somamos a isso a saturação do mercado numa sociedade altamente industrializada, chega um momento em que ninguém precisa comprar mais. Conseqüentemente, mercadorias que não se vendem representam lucros menores. Lucros menores são compensados com demissão de trabalhadores ou fechamento de empresas. Fechamento de empresas e trabalhadores demitidos significa diminuição do número de compradores. Tudo isso significa mais gente na rua sem poder de compra, maior desemprego, maior pobreza; numa palavra, recessão. Um período de recessão prolongado significa

estagnação, e a estagnação leva às crises. Essas crises, pensava Marx, eram as condições econômicas por trás da luta dos trabalhadores para chegar ao poder.

Paradoxalmente, tanto Marx quanto Adam Smith pensavam que na estrutura do próprio mercado estavam as condições para avançarmos a novos e melhores estágios econômico-sociais.

Até o final do século XIX, porém, tudo o que Marx dizia estava no papel. Para surpresa de todos, em 1917, com a Revolução Bolchevique, o mundo vê nascer o primeiro país socialista. Para surpresa ainda maior, de 1917 a 1940, a União Soviética transforma-se numa potência industrial e militar. O fim da Segunda Guerra Mundial encontra a Europa dividida e o poder geo-político da União Soviética ampliado. Os países 'libertados' pela União Soviética viram o Bloco socialista do Leste europeu, Polônia, Checoslováquia, Hungria, Romênia, Iugoslávia e parte da Alemanha. Em 1949, e para desespero do Ocidente, Mao-Tse-Tung chega ao poder e a China se converte em mais uma república socialista.

O capitalismo sente a ameaça real de um socialismo real e perigoso. O liberalismo debate-se ideologicamente com as várias versões do marxismo contemporâneo e combate as insurreições comunistas na Coréia, em 1956, Cuba, encobertamente, em 1962 e Vietnã no final dos anos sessenta e inícios dos setenta. América Latina respira nesses anos, 60 e 70, ares revolucionários. As idéias marxistas tomam conta da intelectualidade latino-americana e surgem grupos dispostos a fazer a revolução socialista pela via da violência. Os Tupamaros no Uruguai, os Montoneros na Argentina, o Mir (Movimento de Esquerda Revolucionária) no Chile. A esquerda consegue eleger um governo socialista em 1970, naquele mesmo país, e provoca as reações dos Estados Unidos. Em poucos anos, praticamente toda a América do Sul vive sob regimes militares. Os Estados Unidos colaboram com armas e homens na América Central no início dos anos 80, apoiando os Somoza na Nicarágua e outros regimes de direita em El Salvador, Honduras e Guatemala.

E, no final dos 80, a surpresa, o Bloco Socialista se desmorona, o Muro de Berlim cai e, por último, um dos maiores impérios militares do planeta deixa de existir de um dia para o outro, num ato burocrático assinado por Michail Gorbachov declarando o fim da União Soviética.

O Ocidente comemora. Declara-se o Fim da História e das ideologias. Coroa-se o capitalismo como o verdadeiro e o único sistema econômico possível e toma força o que se começa a chamar neoliberalismo. Que prega o neoliberalismo? Abertura de mercados, liberalização do fluxo de capitais, diminuição do papel do Estado e desnacionalização das economias.

Neoliberalismo e globalização no Brasil

O ingresso do Brasil na economia global começou no governo Collor e continuou no Itamar Franco e no atual. Abriram-se as importações, permitiu-se o ingresso do capital estrangeiro, de empresas multinacionais, como bancos e instituições financeiras, e foram privatizadas várias empresas estatais.

Tudo isso foi mostrado ao país como o resultado da necessidade de o Brasil se modernizar para poder afinar-se com o estado da economia global e poder crescer. O moderno, o que traria grandes vantagens ao Brasil, então, era incentivar o capital especulativo internacional, atrair empresas de fora para que operem no mercado financeiro, na indústria e no comércio, acabar com os subsídios e incentivos fiscais às empresas brasileiras para obrigá-las a se atualizar tecnologicamente e torná-las mais competitivas.

O Plano Real conseguiu o controle da inflação, já no governo Itamar Franco, mediante uma concorrência desigual entre produtos importados e produtos nacionais, por um lado. No governo de Fernando Henrique Cardoso a inflação foi mantida ao preço da recessão e da dilapidação das reservas nos pagamentos dos juros.

O segredo para manter os níveis baixos da inflação e defender artificialmente a moeda foi o desaquecimento da economia.

Os abalos sofridos pelo país na crise do Sudeste Asiático e na Rússia mostram a realidade do Plano Real e a política monetarista do governo atual. Desde 1989 a 1999 o Brasil não cresceu. A indústria nacional foi desmontada, o desemprego aumentou, tudo o que o Brasil produz corre o risco de ir para o pagamento dos juros da dívida externa e os lucros que as companhias estrangeiras conseguem no Brasil são remetidos aos seus países de origem.

Em poucas palavras, as políticas neoliberais de abertura de mercado, de desnacionalização da economia, de ajuste fiscal etc., só serviram mesmo para enriquecer investidores estrangeiros e o sistema financeiro nacional e internacional, arruinar a indústria e a produção nacionais e empobrecer o trabalhador e a classe média brasileiras.

Que as políticas neoliberais fracassaram, que a globalização é a armadilha que os países ricos construíram para extorquir o dinheiro dos países pobres, tudo isso, é hoje reconhecido pelos diretores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Mas isso chegou a ouvidos do presidente Fernando Henrique Cardoso e a equipe econômica? Essa tiveram que engolir. Mesmo assim, ainda estão presos à cartilha neoliberal e sujeitos a cumprir o compromisso feito com o mesmo Fundo quando este achava que as medidas impostas ao Brasil, e que não estão dando certo, deviam ser seguidas.

No Brasil, a abertura de mercados pregada pelo neoliberalismo e o ingresso ao paraíso da globalização deram certo? A resposta é, absolutamente, sim. Deram certo para quem interessava que dessem certo. Para companhias estrangeiras e o capital especulativo internacional e nacional. Grande parte do que cada um de nós ganha no seu trabalho, vai para engordar os cofres desses especuladores, não vai para gerar empregos, não vai para educação, não vai para saúde nem obras de infra-estrutura que faz décadas este país precisa – como as obras para garantir a irrigação no Nordeste.

A metafísica da globalização

Mas, o que possibilita esse processo chamado 'globalização'? Usemos metafísica neste sentido: o de determinar as condições metaempíricas que permitem este processo.

Há condições materiais para que um país tenha vantagens participando do fenômeno da abertura e a exploração global de mercados. Uma delas é uma indústria altamente desenvolvida. E isto pode ser possível só graças a um enorme desenvolvimento tecnológico. Só países que dominem tecnologia avançada poderiam competir em proporções mundiais. A Revolução Industrial começa na segunda metade do século 18. Neste sentido, países como Inglaterra levam dois séculos de vantagem.

De lá para cá, países da Europa e os Estados Unidos têm experimentado um desenvolvimento ininterrupto do ponto de vista tecnológico e científico. No início do século, Japão juntou-se a este grupo. Deste modo, quem realmente está em condições reais de competir no mercado global são Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Canadá e o Japão. Todos eles com tradição industrial, tecnológica e científica. Não é por acaso que sua política econômica agressiva tem dado lugar às duas guerras mundiais que conhecemos, assim como a outros conflitos localizados em regiões consideradas estratégicas, como o conflito no Golfo Pérsico.

Os países europeus e o Japão têm na sua história milenares tradições culturais. Hoje, além disso, geram ciência e tecnologia. Estes países não se caracterizam por ser importadores de idéias mas por sua capacidade de produzi-las, de inventar, de superar barreiras, de enfrentar e vencer desafios. As idéias que recebem as transformam.

Nenhum destes países padece de qualquer tipo de dependência cultural nem da dependência do que outros países possam fazer. Mesmo hoje, eles procuram depender de si próprios e defendem sua indústria, defendem seu comércio, defendem seus produtores.

Os países mencionados têm mostrado a capacidade de superar

grandes crises. Os japoneses, italianos e alemães, por exemplo, recuperaram-se da derrota militar na Segunda Guerra Mundial e hoje estão entre as sete melhores economias do planeta.

É no interesse das companhias destes países, portanto, que foi lançado ao mundo o chamado “consenso de Washington” em 1989, consenso que ‘descobriu’ que o mundo devia se abrir, que as barreiras alfandegárias deviam acabar, que as proibições para a circulação de mercadorias e capitais deviam cessar, que as políticas protecionistas aos produtores nacionais deviam terminar etc.

Eles, no entanto, nem abriram suas barreiras alfandegárias, nem acabaram com práticas protecionistas para os seus produtos nem abriram seus mercados. Os que fizeram isso, isto é, os que aceitaram sem mais o chamado “consenso de Washington” e as conseqüentes imposições do FMI deram-se mal, como aconteceu com a Indonésia, a Rússia e o Brasil. Quem não aceitou o tal consenso se saiu bem, como Hong Kong, a Malásia e a Índia.

Mas por que o Brasil aceitou tais imposições? Quem as aceitou? Na verdade, a maioria da população as aceitou. Por isso reelegeu o presidente Fernando Henrique Cardoso. Porque há neste país, sim, o consenso que o Brasil não salva o Brasil. Que o brasileiro não está em condições de salvar ninguém. Que as companhias brasileiras são sempre inferiores às estrangeiras. Aqui nem se faz nem se pensa. Esse parece ser o dogma da dependência.

É o dogma segundo o qual aqui não pode haver ninguém em condições de superar as ‘descobertas’ dos economistas de Wall Street. Deste modo, à condição externa para que a globalização dê certo para o interesse multinacional, a da existência de um país altamente desenvolvido, soma-se esta, uma condição interna nos países a serem incorporados: a da subserviência ideológica e cultural.

É uma condição, para que os capitais entrem neste país e que a indústria e a produção nacionais sejam desmontadas, que o brasileiro ache natural que isso aconteça. Que espere que o melhor só possa vir de fora, que não possa realmente haver uma solução e uma saída nacionais.

É importante que o complexo de inferioridade disseminado em todas as camadas sociais apague as vozes de um Celso Furtado ou de um Barbosa Lima Sobrinho, por exemplo. Vozes que clamam desde o início pela necessidade de uma defesa da economia nacional e das riquezas nacionais. As soluções não podem ser as que os economistas e analistas brasileiros propõem faz anos, e dia após dias, não. As soluções são aquelas que vêm atreladas a nomes e sobrenomes anglo-saxões, ou franceses, ou talvez japoneses. É importante que se insista uma e outra vez que, como disse o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso na Europa, 'o brasileiro é um caipira'. É importante que se pense que o brasileiro é um caipira, é um vagabundo e um inútil. Do ponto de vista econômico isso é muito conveniente para eles. Isso significa que um mercado potencial de 60 milhões de pessoas, aqui no Brasil, vai continuar lendo os pensadores europeus e norte-americanos, que vão dizer o que é que os brasileiros devem pensar. Interessa a eles que aqui se acredite que, lá longe, sem saber direito como, eles vão mostrar aos brasileiros as verdades sobre o mundo e sobre o Brasil que o intelectual brasileiro não está, essencialmente, em condições de descobrir.

É importante, para o capital internacional, para os grandes negócios fora do país, que o brasileiro se convença de que tudo o que vem de fora, por vir de fora, já é e deve ser melhor que o nacional. Que se convença que aqui não é nem jamais será possível a criação de uma tecnologia melhor do que a que existe fora do país - apesar de haver setores em que o brasileiro já produziu tecnologia de ponta. Que se convença que aqui não pode haver ciência. Por isso, as universidades só podem repassar o que se publica lá fora, nos Estados Unidos ou na Europa. É importante, também, que o brasileiro comum acredite que há regiões privilegiadas no país, aquelas que abrigam 'centros de excelência'. É importante que a divisão centro-periferia, que estabelece a distância entre os países industrializados e o Brasil, se recrie no Brasil, entre o Sul e o Sudeste, por um lado, e o resto do país, por outro. É importante que, assim como os cariocas e paulistas olham embaçados os Estados Unidos e a Europa, o resto do país olhe embaçado

para o que se faz em Rio e em São Paulo, e que o complexo de inferioridade dos cariocas e paulistas pelo europeu e norte-americano se repita no resto do país.

Desta maneira, o Brasil continuará comprando, lendo, abastalhado, o que cariocas e paulistas se dignam traduzir de seus louvados mestres para o consumo nacional.

A dependência cultural do Brasil, conseqüentemente, é uma condição necessária para a dependência econômica e a subsequente exploração estrangeira das riquezas deste país. Mesmo a esquerda brasileira, sem um ícone estrangeiro em quem se apoiar já que parece que aceitou a queda de Marx junto com a queda do Muro de Berlim, continua muda, sem ensaiar um discurso próprio, sem propor alternativas.

Para os nossos conquistadores é importante que continuemos convencidos de que não podemos fazer ciência, de que não podemos fazer economia, de que não podemos fazer filosofia. É importante, então, que sonhemos com o que jamais teremos a coragem de ser. Que finjamos o que não somos, que nos iludamos e iludamos os que nos escutam. É importante, então, que os intelectuais latino-americanos nos apresentemos como porta-vozes de uma voz que não é nossa, que a recebemos, e sempre a receberemos, emprestada. Se os que se pretendem pensadores, os que supostamente têm uma consciência crítica, se rendem assim ao que vem de fora pelo fato de vir de fora, que podemos pensar do resto, daqueles que não têm as condições ou o tempo para pensar porque estão ocupados demais tentando sobreviver a duras penas?

Assim como o homem da rua fica deslumbrado com o aparecimento do celular, ou do video-fone ou de qualquer bugiganga eletrônica, o intelectual brasileiro típico fica esperando a última novidade teórica vinda dos Estados Unidos ou da Europa, mesmo que, no fundo, não seja mais uma dentre as muitas bagatelas e tolices que costumam vir de lá - como aquela última, a de um grupo alemão, que prega o fim do trabalho. Qualquer asneira é importada como o último grito da

inteligência humana, se for importada da *intelligentsia* ocidental e, quanto mais incompreensível, melhor... os que dominam as línguas européias já terão a oportunidade de traduzir para o ignorante aqui o que se pensa por lá.

A dependência econômica, que reflete e é refletida pela dependência cultural, se aprofunda cada vez que deixamos de ler um autor brasileiro, cada vez que preterimos um autor latino-americano por um autor europeu ou norte-americano, cada vez que nos recusamos a pensar por nós mesmos, cada vez que preferimos comentar um autor europeu ou norte-americano, cada vez que nos recusamos a fazer por nós mesmos, cada vez que obrigamos nossos alunos a não esperarem nada novo de nós professores, nem de nenhum pensador brasileiro ou latino-americano, e, o que é pior, nem deles mesmos, alunos; a dependência se aprofunda, alastra e agrava cada vez que nos omitimos, que não propomos por nós mesmos, que não pensamos por nós mesmos, que não tentamos enfrentar nossos problemas por nós mesmos.

A verdade é que nós, conquistados, já não podemos fazer a cabeça, nem dos nossos conquistadores, como os antigos cristãos, nem de ninguém.